



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL SMS Nº 077/2025

DISPENSA ELETRÔNICA COMPRAS GOV n° Nº **93077/2025**
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 008/2025
PROCESSO Nº 175.371/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 75 – INC. VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

OBJETO: aquisição de insumos hospitalares via dispensa de licitação com entrega imediata para o abastecimento das unidades básicas de saúde, atendimento especializado e urgência e emergência, através de compra única/nota de empenho, para a secretaria municipal de saúde de bauru.

Empresa: _____

Pessoa para contato: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Recebemos através de e-mail cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Senhor **LICITANTE**,

Visando comunicação futura entre a Divisão de Compras e Licitações da Saúde e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail: **compras_saúde@bauru.sp.gov.br**. A não remessa do recibo exime a **DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Secretaria Municipal de Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



DISPENSA ELETRÔNICA COMPRAS GOV Nº 93077/2025
EDITAL SMS Nº 077/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175.371/2024
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº XX/2025

AMPLA PARTICIPAÇÃO
LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto Municipal nº 16.599, de 24 de fevereiro de 2023, e demais normas aplicáveis.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://compras.gov.br/>
UASG: 986219 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

PERÍODO PARA ENTREGA DE PROPOSTA: 05/02/2025 ATÉ 10/02/2025 ÀS 9H
ABERTURA DA SESSÃO: 10 DE FEVEREIRO DE 2025, ÀS 9H
PERÍODO PARA ENVIO DE LANCES: 10/02/2025 DAS 9H ÀS 15H

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DIEGO DHAMAIQUE MIRANDA DA COSTA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

• FICHA: 278 / EL. 30 / SUB-EL. 36 / CC 302 / V 05.302.0001 MAC

O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO ENCONTRA-SE NOS AUTOS DO PROCESSO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº XX/2025 **(Processo Administrativo Nº 175.371/2024)**

O **MUNICÍPIO DE BAURU/SP**, através do Secretário Municipal de Saúde **MÁRCIO CIDADE GOMES**, Departamento Administrativo - Divisão de Compras e Licitações, com endereço na Rua Gérson França, nº 7-49, Centro, na cidade de Bauru/SP, torna público aos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento (menor preço por item)**, na hipótese prevista no art. 75, inc. VIII, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **MODO DE DISPUTA ABERTO**, destinada ao recebimento de proposta para **AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM ENTREGA IMEDIATA PARA O ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ATRAVÉS DE COMPRA ÚNICA/NOTA DE EMPENHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU**. Regem a presente contratação, a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- Telefones: (0xx14) 3104-1463 / 3104-1464
- Endereço: Secretaria Municipal de Saúde
- Rua Gerson França, 7-49, Bauru/SP – CEP: 17015-200
- Horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h
- E-mail: compras_saude@bauru.sp.gov.br

JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA DEMANDANTE PARA A EMERGENCIALIDADE:



Esta aquisição se justifica pela necessidade de organização e manutenção das unidades de saúde, a fim de garantir o atendimento digno e com ordem nas unidades, com segurança aos munícipes e servidores lotados no atendimento ao público.

Considerando a que a Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 75, Inciso II define fundamentos legais com a finalidade de aperfeiçoar o resultado do processo de contratação em níveis que possibilitem ampla concorrência e assegurem o princípio da isonomia, sempre com observância no resguardo dos interesses da Administração Pública, justifica se a pretensa aquisição para equipar as unidades de saúde.

Considerando as adversidades encontradas para aquisição dos insumos através e ata de registro de preço e a necessidade de manter o item disponível em todas as Unidades e em quantidade suficiente para os diversos setores e estoque para reposição.

Considerando o processo 47.895/2024 para registro de preço de vários itens de insumos hospitalares, cuja publicação no D.O. de 09/11/2024 cita os itens de 1 a 6 desse processo como FRACASSADOS;

Considerando que os itens seguiram para segunda abertura ainda sem data para publicação e tão pouco para finalização do processo;

Considerando que não há outras atas de registro de preço vigentes no município que contemple os itens em tela;

Considerando os itens 8, 9 e 10 dessa solicitação, registrados na ata de registro de preço nº 212/2024, cuja solicitação de realinhamento de preço foi indeferida em 18/12/2024, conforme parecer em anexo e segue sem posicionamento do fornecedor quando a entrega dos mesmos.

Um novo registro de preço desses itens segue através do processo 161.267/2024 e 93.781/2024 que ainda não foi finalizado.

Considerando que a ata de registro de preço vigente para o item 07, de número 186/2024, consta como zerado em virtude do aumento da demanda de realização de testes ao qual o produto se destina. O processo para registro de nova ata está em elaboração.

Devido a todos as intempéries na aquisição dos materiais supra citados, solicitamos a dispensa de licitação a fim de garantir que o atendimento nas unidades seja realizado de forma digna ofertando conforto e segurança à população.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A sessão pública de processamento de **Dispensa de Licitação** será realizada no endereço e no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida por Agente de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe e equipe de apoio designada nos autos pela autoridade competente através da **Portaria G.S./S.M.S. nº 42/2024**.

- **Agente de Contratação Titular** – Diego Dhiamaique Miranda da Costa
- **Agente de Contratação Substituto** – Monica Alesandra de Oliveira
- **Equipe de Apoio** – Victor Gustavo Boronelli Schiaveto, Fabiana Batista e Rafael Sabino de Carvalho.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA



2.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM ENTREGA IMEDIATA PARA O ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ATRAVÉS DE COMPRA ÚNICA/NOTA DE EMPENHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU.**

2.2. Os prazos de entrega/execução e garantia do contrato ou instrumento que o substitua são aqueles especificados no **Termo de Referência** que constam do **ANEXO I, que faz parte integrante da presente cláusula, como se nela estivesse integralmente transcrita, devendo ser observadas as formas de execução e prazos presentes neste anexo.**

2.3. A confirmação do pedido será repassada à **CONTRATADA** pelos meios existentes de comunicação de forma a abreviar o feito (e-mail).

2.4. A entrega dos produtos, ocorrerá por conta e risco da licitante vencedora, no prazo máximo de 5 **(cinco) dias corridos** a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

2.5. A Divisão de Materiais Medicamentos e Insumos comunicará a licitante vencedora, preferencialmente por e-mail, o aviso da Autorização de Fornecimento.

2.6. Os produtos deverão ser entregues no **Almoxarifado da Saúde**, localizado na Rodovia Marechal Rondon KM 345, alça 344, Parque Colina Verde, final da rua Cunha Bueno, na cidade de Bauru/SP – CEP 17022-006 **em dias úteis**, no horário das 8h às 16h.

2.7. A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega;

2.8. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

2.9. O Município de Bauru reserva-se o direito de inspecionar o objeto da aquisição, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.

2.10. A empresa vencedora deverá emitir nota fiscal ou fatura correspondente a entrega;

2.11. Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, Praça das Cerejeiras, 1-59, C.N.P.J. 46.137.410/0001-80, número do Processo, número da Nota de Empenho, número da Autorização de Fornecimento, o número do Banco, Agência e Conta Corrente da empresa", para a efetivação do pagamento.

2.12. Do Prazo de Validade dos produtos e Condições de recebimento:

2.12.1. A **COMPROMISSÁRIA** deverá observar as seguintes condições de fornecimento:

- a) A Aquisição é para **FORNECIMENTO IMEDIATO DO QUANTITATIVO TOTAL SOLICITADO.**
- b) Os produtos deverão ser entregues em embalagens contendo a data de fabricação, o número do lote, o prazo de validade, a respectiva bula e outras informações de acordo com a legislação pertinente;
- c) Os dados de número de lote e prazo de validade também deverão estar presentes nas embalagens primárias dos produtos;
- d) Os produtos deverão ser entregues respeitando a validade mínima de 24 meses, proposto pelo fabricante;



- e) A entrega de produto com prazo de validade inferior ao item anterior obriga a DETENTORA a enviar, juntamente com o produto, um Termo de Compromisso de troca do produto, sendo facultado à unidade recebedora o recebimento da entrega;
- f) Reserva-se ao Município o direito de solicitar da empresa DETENTORA, Laudo Analítico - Laboratorial dos produtos oferecidos, expedido por laboratório oficial ou laboratório particular sem ônus para o Município.
- g) Os produtos fornecidos deverão corresponder à marca registrada no contrato. Podendo a marca indicada ser alterada em casos de descontinuidade de fabricação e/ou atestado pelo próprio fabricante a impossibilidade de fornecimento, situações a serem avaliadas pelo gestor do contrato, podendo ser aceitas marcas alternativas que atendam as mesmas especificações técnicas previstas no presente documento.
- h) Não serão aceitos no momento de entrega embalagens com avarias ou sinais de violação de qualquer tipo.
- i) Na hipótese de o produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato;

2.12.2. A licitante vencedora se obriga a manter a qualidade dos produtos e/ou serviços e a substituição no caso do mesmo, antes de sua utilização, se constatado que foi entregue em desconformidade com a proposta, em más condições de transporte carga, descarga da transportadora ou quando o mesmo não corresponde ao descrito no termo de referência.

2.12.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.12.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, quando a Nota Fiscal será atestada por servidor da Secretaria Municipal da Saúde.

2.12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.12.6. A licitante vencedora se obriga a manter a qualidade dos produtos e/ou serviços e a substituição no caso do mesmo, antes de sua utilização, se constatado que foi entregue em desconformidade com a proposta, em más condições de transporte carga, descarga da transportadora ou quando o mesmo não corresponde ao descrito no termo de referência.

2.12.7. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:

a) Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.(1) Na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua complementação ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.(1) Na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço contratado.

2.12.8. Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este município se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados.



2.12.9. Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e, esta, mesmo após devidamente notificada não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este Município o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ANEXOS DO EDITAL

3.1. Integram este **Aviso de Contratação Direta**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência;
ANEXO II	Formulário Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III	Modelo de Carta de Apresentação;
ANEXO IV	Modelo de Declarações.
ANEXO V	Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA QUARTA: PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

4.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do **Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal**, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

4.1.1. O procedimento será divulgado no **Compras.gov.br** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no **Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF**, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

4.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

4.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

4.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.2.4. Sociedades Cooperativas.

4.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA: INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, **exclusivamente** por meio do **Sistema de Dispensa Eletrônica**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, registro do produto no órgão competente, o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.



5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência (Anexo I)**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação:

5.8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

5.8.1.1. Contenham mais de 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários.

5.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

5.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

5.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

5.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

5.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

CLÁUSULA SEXTA: FASE DE LANCES

6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste **Aviso de Contratação Direta**, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme informado na tabela abaixo:

LIMITE MÍNIMO DE REDUÇÃO PARA O ITEM, EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE MENOR PREÇO E/OU AO DO ÚLTIMO LANCE OFERECIDO:

ITEM	REDUÇÃO EM %
1	0,5%

6.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

CLÁUSULA SÉTIMA: JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

7.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

7.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.



7.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio dentro do prazo de 1 (uma) hora, via sistema, proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

7.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.4.1. SICAF;

7.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

CLÁUSULA OITAVA: DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação no certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos necessários na forma da legislação vigente, **sendo exigida a apresentação dos documentos abaixo indicados, no original ou em cópia autenticada, contados da convocação formal, cuja comprovação de eventual envio deverá ser encaminhada através de cópia autenticada digital. As demais declarações exigidas poderão ser apresentadas na via eletrônica, desde que assinadas digitalmente, através da estrutura de chaves pública e privada, que possibilite a verificação de sua autenticidade, dispensando-se, neste caso, a apresentação destes documentos pelo meio físico.**

8.1.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

8.1.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.3. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.1.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.1.5. Na hipótese de necessidade de envio de **documentos complementares**, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, **em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 1 (uma) hora**, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).



8.1.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.1.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.1.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.1.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.1.12. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.1.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8.2. Deverá ser apresentado pelo proponente que apresentar a melhor proposta:

- a)** Certificado de Registro Empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG.
- b)** Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado das alterações. O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10406/2002 (Código Civil) e, em se tratando de ME ou EPP, também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06;
- c)** Decreto de Autorização, ato de registro ou autorização de funcionamento de órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d)** Licença de Funcionamento (LF), dentro de seu prazo de validade, da EMPRESA LICITANTE, expedida pela Vigilância Sanitária (VISA), ou a equivalente publicação na Imprensa Oficial. Caso a Licença de Funcionamento (LF), expedida pela Vigilância Sanitária (VISA), esteja vencida, deverá ser comprovado o pedido de renovação junto ao órgão competente, com cópia do protocolo de renovação anexado.
 - **Ficará a cargo do proponente, provar que a atividade, relacionada ao objeto da licitação, não está sujeita ao regime da Vigilância Sanitária. Neste caso estará dispensada da apresentação dos documentos relacionados nas alíneas “d”.**
- e)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CPD), com os efeitos negativos;
- g)** Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débito, referente ao ICMS, com a Fazenda Estadual;
- h)** Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débito Mobiliário;
- i)** Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- j)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os efeitos negativos;
- l) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física;
- m) **Declaração de Atualização Cadastral do responsável pela assinatura do contrato emitida no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**
- n) Declaração geral (Anexo IV)

8.3. Posteriormente, os mesmos documentos apresentados no Sistema compras.gov.br, caso não seja passível a confirmação da autenticidade via eletrônica e/ou em sítios oficiais, deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo de 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, contados a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a). O endereço para entrega do original ou cópia autenticada é o seguinte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
A/C Pregoeiro: **Diego Dhiamaique Miranda da Costa**
Ref. **Processo nº 175.371/2024** – Dispensa Eletrônica nº SMS XX/2025.
Secretaria Municipal de Saúde – Divisão de Compras e Licitação – 1º andar
Rua Gerson França, nº 7-49 – Centro – Bauru/SP - CEP 17015-200

8.3.1. A assinatura eletrônica aposta nos documentos deverá ser emitida mediante utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

8.3.2. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.4. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será HABILITADA;

8.5. Após a homologação e adjudicação da Autoridade Competente, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou outro instrumento que o substitua.

CLÁUSULA NONA: DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após o prazo de homologação do resultado desta licitação, a **ADJUDICATÁRIA** receberá via e-mail a **Autorização de Fornecimento relativa a Nota de Empenho correspondente**, que deverá ser atendida no **prazo de até 5 (cinco) dias corridos**, sob pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de **10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor total de sua proposta, levando-se em consideração a estimativa mensal constante no ANEXO I do Edital n. 156/2024**, além de sujeitar-se a outras sanções conforme previsto no art. 155, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Quando a **ADJUDICATÁRIA** não cumprir com a entrega dos produtos constantes no edital e nota de empenho e condições estabelecidas, é facultado à Administração convocar as outras proponentes na ordem de classificação para fazê-lo com igual prazo e condições da proposta vencedora, ou ainda revogar a licitação independentemente das cominações previstas na legislação aplicável e neste edital.

9.3. Não havendo **LICITANTE** interessado em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato ou outro instrumento que o substitua, nas mesmas condições do **LICITANTE** vencedor prevista no item anterior deste Edital, poderá a Administração:



- a) convocar os **LICITANTES** remanescentes para **NEGOCIAÇÃO**, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do **LICITANTE** vencedor do certame; ou
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos **LICITANTES** remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição prevista na alínea anterior.

9.4. A recusa injustificada do **LICITANTE** vencedor do certame em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos pela Administração **CARACTERIZARÁ O DESCUMPRIMENTO TOTAL DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA** e sujeitará o Particular às sanções legalmente estabelecidas.

9.5. O Município de Bauru poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer tempo outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos art. 137, da Lei nº 14.133/2021, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, e à ampla defesa e ao devido processo legal.

9.6. Se, por ocasião da formalização do Contrato ou outro instrumento que o substitua, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.6.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar as exigências referidas, com prazos de validade, sob pena da contratação não se realizar.

9.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para retirada de nota de empenho e/ou assinatura do Termo de Contrato, ficam os **LICITANTES** liberados de seus compromissos assumidos com as respectivas propostas.

9.8. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
• **FICHA: 278 / EL. 30 / SUB-EL. 36 / CC 302 / V 05.302.0001 MAC**

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.2

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado por e-mail aos fornecedores cadastrados na Secretaria de Saúde. Os avisos e extratos relacionados à licitação serão publicados no Diário Oficial do Município de Bauru.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12. Fica eleito o foro da Comarca de Bauru/SP, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, sua minuta de contrato e demais atos deles decorrentes;

Bauru (SP), 05 de fevereiro de 2025.

MARCIO CIDADE GOMES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal correspondente, em especial ao disposto no inciso § 1º do Art. 3º do Decreto Municipal nº 16.598/2023, e no inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de insumos hospitalares VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO com **ENTREGA IMEDIATA** para o abastecimento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme itens e quantidades descritos na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	UNID.	DESCRIPTIVO	QTDE
1	8.09.01.0055-2	peça	Cateter Intravenoso Radiopaco Estéril; Em Poliuretano, Resistente, Flexível a Torção, Transparente; Siliconizado; Sendo a Agulha Com Bisel Trifacetado Com Câmara de Refluxo Sanguíneo e Tampa Com Filtro; Tamanho 14 G Com Sistema de Proteção Da Agulha Após Punção Com Conector Rígido Tipo Luer Lock. Embalado Em Tubo Plástico Atóxico, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asséptica; o Produto Devera Obedecer a Legislação Vigente;(CÓD. BEC: 3660966)	200
2	8.09.01.0056-0	peça	Cateter Intravenoso Em Poliuretano, Radiopaco; Flexível; Sendo a Agulha em Aço Inoxidável, Com Bisel Trifacetado, Canhão Translúcido Com Visualização Instantânea do Sangue; Com Câmara de Refluxo Transparente; Sistema Integrado de Proteção Automática; Implantável por Acesso Venoso Periférico; Tamanho 16 G (Cor Cinza de Acordo com a Norma ABNT/NB); Filtro Hidrófobo, Atóxico, Apirogênico, Fácil Manuseio, Esterilizado por Óxido de Etileno. Embalado Em Material que Garanta a Integridade do Produto. Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente;(CÓD. BEC:)	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



3	8.09.01.0053-6	peça	Cateter Intravenoso Radiopaco Estéril; Em Poliuretano, Resistente, Flexível a Torção, Transparente; Siliconizado; Sendo a Agulha Com Bisel Trifacetado Com Câmara de Refluxo Sanguíneo e Tampa Com Filtro; Tamanho 18 G Com Sistema de Proteção Da Agulha Após Punção Com Conector Rígido Tipo Luer Lock. Embalado Em Tubo Plástico Atóxico, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asséptica; o Produto Devera Obedecer a Legislação Vigente(CÓD. BEC: 4900200)	6.000
4	8.09.01.0054-4	peça	Cateter Intravenoso Radiopaco Estéril; Em Poliuretano, Resistente, Flexível a Torção, Transparente; Siliconizado; Sendo a Agulha Com Bisel Trifacetado Com Câmara de Refluxo Sanguíneo e Tampa Com Filtro; Tamanho 20 G Com Sistema de Proteção Da Agulha Após Punção Com Conector Rígido Tipo Luer Lock. Embalado Em Tubo Plástico Atóxico, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asséptica; o Produto Devera Obedecer a Legislação Vigente;(CÓD. BEC: 4900227)	30.000
5	8.09.01.0057-9	peça	Cateter Intravenoso Radiopaco Estéril; Em Poliuretano, Resistente, Flexível a Torção, Transparente; Siliconizado; Sendo a Agulha Com Bisel Trifacetado Com Câmara de Refluxo Sanguíneo e Tampa Com Filtro; Tamanho 22 G Com Sistema de Proteção Da Agulha Após Punção Com Conector Rígido Tipo Luer Lock. Embalado Em Tubo Plástico Atóxico, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asséptica; o Produto Devera Obedecer a Legislação Vigente;(CÓD. BEC: 4903145)	30.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



6	8.09.01.0058-7	peça	Cateter Intravenoso Radiopaco Estéril; Em Poliuretano, Resistente, Flexível a Torção, Transparente; Siliconizado; Sendo a Agulha Com Bisel Trifacetado Com Câmara de Refluxo Sanguíneo e Tampa Com Filtro; Tamanho 24 G Com Sistema de Proteção Da Agulha Após Punção Com Conector Rígido Tipo Luer Lock. Embalado Em Tubo Plástico Atóxico, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asséptica; o Produto Devera Obedecer a Legislação Vigente;(CÓD. BEC: 4900294)	9.000
8	8.09.01.0322-5	pacote	Fita Teste; para Avaliar a Penetracao do Vapor, Presenca de Ar Residual, Falhas No Funcionamento Da Bomba de Vacuo; Uso Em Autoclave de Vapor Saturado Sob Pressao, Composto de Papel Poroso, Espuma e 2 Folhas Teste; Aspecto Mudanca de Coloracao, Sendo 01 Folha Teste Com Indicador Quimico e a Outra de Alerta; Embalado Em Pacote, Tipo Bowie Dick; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;	900
9	8.09.01.0160-5	Caixa	Luva de Latex para Procedimentos"; Tamanho Grande , Nao Esteril, Descartavel, Com Textura Uniforme, Ambidestra; Punho Longo Com Bainha, Lubrificada Com Po Bioabsorvivel, Resistente; Embalagem Contendo de 100 Unidades; o Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Nbr-11193/2009	1.200
10	8.09.01.0161-3	Caixa	Luva de Látex para Procedimentos"; Tamanho Médio , Não Estéril, Descartável, Com Textura Uniforme, Ambidestra; Punho Longo Com Bainha, Lubrificada Com Po Bioabsorvivel, Resistente; Embalagem Contendo de 100 Unidades; o Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Nbr-11193/2009	2.100



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Saúde



11	8.09.01.0162-1	Caixa	Luva de Latex para Procedimentos; Tamanho Pequeno , Não Esteril, Descartável, Com Textura Uniforme, Ambidestra; Punho Longo Com Bainha, Lubrificada Com Po Bioabsorvível, Resistente; Embalagem Contendo de 100 Unidades; o Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Nbr-11193/2009	2.000
----	----------------	-------	--	-------

2. JUSTIFICATIVA

Esta aquisição se justifica pela necessidade de organização e manutenção das unidades de saúde, a fim de garantir o atendimento digno e com ordem nas unidades, com segurança aos munícipes e servidores lotados no atendimento ao público.

Considerando a que a Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 75, Inciso II define fundamentos legais com a finalidade de aperfeiçoar o resultado do processo de contratação em níveis que possibilitem ampla concorrência e assegurem o princípio da isonomia, sempre com observância no resguardo dos interesses da Administração Pública, justifica-se a pretensa aquisição para equipar as unidades de saúde.

Considerando as adversidades encontradas para aquisição dos insumos através de ata de registro de preço e a necessidade de manter o item disponível em todas as Unidades e em quantidade suficiente para os diversos setores e estoque para reposição.

Considerando o processo 47.895/2024 para registro de preço de vários itens de insumos hospitalares, cuja publicação no D.O. de 09/11/2024 cita os itens de 1 a 6 desse processo como FRACASSADOS;

Considerando que os itens seguiram para segunda abertura ainda sem data para publicação e tão pouco para finalização do processo;

Considerando que não há outras atas de registro de preço vigentes no município que contemple os itens em tela;

Considerando os itens 8, 9 e 10 dessa solicitação, registrados na ata de registro de preço nº 212/2024, cuja solicitação de realinhamento de preço foi indeferida em 18/12/2024, conforme parecer em anexo e segue sem posicionamento do fornecedor quando a entrega dos mesmos.

Um novo registro de preço desses itens segue através do processo 161.267/2024 e 93.781/2024 que ainda não foi finalizado.

Considerando que a ata de registro de preço vigente para o item 07, de número 186/2024, consta como zerado em virtude do aumento da demanda de realização de testes ao qual o produto se destina. O processo para registro de nova ata está em elaboração.

Devido a todos as intempéries na aquisição dos materiais supra citados, solicitamos a dispensa de licitação a fim de garantir que o atendimento nas unidades seja realizado de forma digna ofertando conforto e segurança à população.



3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1. O objeto caracterizado neste documento tem padrão de qualidade e desempenho que pode ser definido objetivamente por meio de especificações usuais no mercado, além de se tratar de objeto plenamente disponível no mercado, pois atende a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos. Em face disso, como regra, esses bens e serviços podem ser considerados comuns.

3.2. A presente aquisição será dada por meio de Pregão na forma Eletrônica, através do Dispensa de Licitação, observando-se as regras do Decreto Municipal nº. 16.668/2023, Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Complementar n. 123/2006 e outras normas aplicáveis à espécie.

4. TIPO DE AQUISIÇÃO

Esta aquisição deverá utilizar o Sistema de Registro de Preços através de **Menor Preço por ITEM**. Com efeito de preservar a otimização logística, competitividade e preços vantajosos, justifica-se a realização da presente licitação em item, respeitando os valores unitários dos itens.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Na proposta escrita deverá conter os seguintes elementos:

a) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados do fornecimento da mesma. Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 60 (sessenta) dias;

b) Especificação do bem/serviço a ser contratado/executado conforme descrito no anexo deste Termo de Referência, com indicação de marca/fabricante e modelo quando tratar de aquisição de bem;

c) Preço unitário e total, (incluindo custos, frete, tributos, etc) em moeda corrente nacional, em algarismo ou por extenso, apurado à data de sua apresentação. Em caso de divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

5.2. Não deverão ser aceitas ofertas de objeto/serviço com especificações diferentes do Termo de Referência.

6. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

6.1. A entrega dos produtos, quando solicitada, ocorrerá por conta e risco da licitante vencedora, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.2. A Divisão de Materiais, Medicamentos e Insumos comunicará a licitante vencedora, mediante e-mail, o aviso da Autorização de Fornecimento.

6.3. A aquisição do objeto deste Termo de Referência se dará de forma parcelada, devendo ser solicitado através de autorização de fornecimento, para entrega dos itens e quantias solicitados.



6.4. Os produtos deverão ser entregues na Divisão de Materiais, Medicamentos e Insumos – Almoxarifado da Saúde, sito na Rua Cunha Bueno, final da quadra 05 – Pq. Colina Verde, Bauru/SP – CEP 17022-006, em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h.

6.5. Os produtos deverão ser entregues respeitando a validade mínima de 24 meses, proposto pelo fabricante, com identificação de lote, fabricação e validade, a contar do recebimento no Almoxarifado da Secretaria de Saúde.

6.6. A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega.

6.7. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, frete, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

6.8. O Município de Bauru reserva-se o direito de inspecionar o objeto da aquisição, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.

6.9. Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo da licitante vencedora.

6.10. A Licitante vencedora se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

7. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser indicada pela licitante vencedora.

7.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Município haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento (art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021).

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. A licitante vencedora se obriga a manter a qualidade dos produtos e/ou serviços e a substituição no caso do mesmo, antes de sua utilização, se constatado que foi entregue em desconformidade com a proposta, em más condições de transporte carga, descarga da transportadora ou quando o mesmo não corresponde ao descrito no termo de referência.



8.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:

a) Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.(1) Na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua complementação ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.(1) Na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço contratado.

8.6. Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este município se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados.

8.7. Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e, esta, mesmo após devidamente notificada não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este Município o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega dos itens/execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, pela Divisão/Departamento especialmente designados pela Secretaria Municipal de Saúde de Bauru, conforme Decreto Municipal nº 16.666/2023.

9.2. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, O Município designa ainda, como gestores do Contrato, os seguintes servidores para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, verificando todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

a) Gestor(a) Titular: Fabiana Cristina dos Santos, matrícula 32.220, portador(a) do RG nº 43.317.833-7 SSP/SP e CPF nº 349.925.088-80.

b) Gestor(a) Substituto(a): Carolina Bianchini Trentin Carrer, matrícula 29.260, portador(a) do RG 32.279.624-6 e CPF nº 219.199.568-32.

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATA E DA CONTRATANTE

10.1. Obrigações da Contratada:

10.1.1 Executar/Entregar os serviços/bens objeto do presente contrato de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos deste instrumento e dos demais detalhes e ordens que emanarem do MUNICÍPIO;

10.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.3. Manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciárias;

10.1.4. Iniciar a prestação dos serviços ou realizar a entrega do bem no prazo e condições definidos;

10.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo MUNICÍPIO, quando da execução do contrato;

10.1.6. Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenções relativas a execução do objeto;

10.1.7. Prover toda a mão de obra necessária a execução do objeto do Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

10.1.8. Responsabilizar-se pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, incluindo de terceiros, sujeitando-se às penalidades cabíveis, incluindo o afastamento de empregado;

10.1.11. Assegurar, durante a execução do objeto, a proteção e conservação dos serviços executados;

10.1.11. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o seu acompanhamento;

10.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste contrato, incluindo pessoal necessário, deslocamentos, refeições, diárias, recursos humanos e materiais, encargos fiscais, sociais, comerciais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações deste contrato.

10.1.12. A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.13. Na Nota Fiscal deverá constar Município de Bauru, Praça das Cerejeiras, 1-59, CNPJ 46.137.410/0001-80, número do processo e número do contrato.



10.1.14. Não poderá a licitante vencedora ceder ou transferir o contrato a ser celebrado, no todo ou em parte, bem como caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização do Município de Bauru.

10.2. Obrigações da Contratante:

10.2.1. Pagamento dos valores devidos pela execução do objeto, no prazo previsto no contrato, após devidamente atestada à nota fiscal;

10.2.2. Definir os serviços a serem executados, expedindo as Ordens de Serviço correspondentes, nos casos necessários;

10.2.3. Manter cadastro dos serviços, com informações básicas necessárias ao controle da regular prestação do serviço;

10.2.4. Receber reclamações sobre o serviço e apurá-las, realizando os encaminhamentos necessários;

10.2.5. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;

10.2.6. Acompanhar e fiscalizar, através de preposto designada pela LICITANTE VENCEDORA, a execução dos serviços, objeto deste contrato.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1.1 No caso de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial, o Município reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 5 (cinco) dias sobre o valor descumprido, além das demais sanções previstas termos da Lei Federal n.º 10.520/2002 e aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 14.133/2021, quais sejam:

11.1.2 Advertência;

11.1.2 Multa de 10% (dez por cento) do valor inadimplido no caso de rescisão unilateral, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no edital;

11.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e, no caso de rescisão unilateral sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.1, impedimento de licitar e contratar com a Administração, com prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Em pesquisa inicial obtemos os valores estimados em R\$ 462.677,00, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.



12.2. O valor previamente estimado da contratação acima exposto é compatível com os valores praticados pelo mercado, assim auferidos a partir de pesquisa de preços com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada:

- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;
- Utilização de dados de sítios eletrônicos especializados, contendo a data e hora de acesso;
- Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, que atendem à linha de fornecimento do objeto licitado.

12.3. Ressalta-se que tal combinação de parâmetros é autorizada pelo art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e é a que melhor permite a este órgão identificar o comportamento de mercado e os preços por ele praticado, sendo considerada a MÉDIA/MEDIANA dos preços.

12.4. Todos os orçamentos utilizados encontram-se devidamente documentados dentro dos autos deste processo administrativo, sendo possível o acesso a este mediante vistas.

13. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As fichas orçamentárias serão informadas após pesquisa oficial da Divisão de Compras e Licitações.

14. ANÁLISE TÉCNICA

O Licitante vencedor deverá fornecer catálogo do fabricante com a descrição para análise técnica, junto aos documentos de habilitação;

O catálogo deverá ser entregue para análise técnica;

Critérios para avaliação do catálogo: na avaliação do catálogo será verificado se a descrição técnica do produto corresponde à exigência do Termo de Referência;

As propostas e catálogos encaminhados pelas empresas devem ser direcionados à servidora Fabiana Cristina dos Santos para a realização da análise técnica do referido processo, enquanto membro da Equipe de Apoio, conforme Portaria GS/SMS nº 834/2024.

Justificativa para exigência do catálogo: a apresentação do catálogo é necessária para análise das especificações dos produtos ofertados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



ANEXO II – FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 08/2025

PROCESSO Nº 175.371/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 75 – INC. VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

À

Divisão de Compras e Licitações – S.M.S.

Rua Gérson França nº 7-49, 1º andar, Centro, Bauru/SP, CEP: 17015-200

Dados do Proponente:

Nome da Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____ CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

It.	Produto / Marca / Fabricante / Modelo / RMS	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Valor unitário	Valor Total
1				R\$	R\$

***Observações:

1 - Após o exame das propostas se fará a classificação, levando em conta o menor preço unitário do item que atenda integralmente o exigido no procedimento de compra.

e) A classificação se fará pela ordem crescente de preços;

f) No caso de empate a classificação se fará conforme previsões da Lei Federal 14.133/2021;

g) Mencionar a quantidade dispensada do produto, se por caixa, blister, etc., para não ocorrer fracionamento do mesmo.

Prazo de Entrega: 5 (cinco) dias corridos

Condições de Pagamento: Conforme do edital.

Validade da Proposta: 60 dias.

Data/Assinatura do Responsável pela empresa-proposta/Carimbo do CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Saúde



ANEXO III - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores:

Na qualidade de responsável legal por nossa Empresa, credenciamos o(a) senhor(a), portador(a) da carteira de identidade RG Nº e do CPF Nº, para nos representar na licitação em referência, conferindo ao(a) mesmo(a) ilimitados poderes para retirar editais, apresentar envelopes **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS** após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, a Fazenda Nacional e Trabalhista, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Contratos, bem como assinar quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Dados para a elaboração do eventual Contrato:

Da empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

E-mail:

Atenciosamente,

Local e data

Carimbo da empresa

Nome, CPF e assinatura do responsável legal



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES GERAL

EDITAL Nº 77/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 08/2025

PROCESSO Nº 175.371/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 75 – INC. VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM ENTREGA IMEDIATA PARA O ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ATRAVÉS DE COMPRA ÚNICA/NOTA DE EMPENHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU.

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador da Carteira de identidade nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, **DECLARA:**

- a) que tomou **ciência e que concorda com os termos estabelecidos neste EDITAL** e seus respectivos anexos;
- b) que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, inc. I da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que **não emprega mão de obra direta ou indireta de menores.**
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- e) não tem conhecimento de que mantém relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Prefeitura Municipal de Bauru, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.
- f) sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer **impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sobre as formas de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD.
- h) Que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento.

Bauru, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura do representante legal)

Nome e assinatura e CPF do representante legal



ANEXO V – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Este projeto representa o escopo para a aquisição VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO de insumos hospitalares, apresentando uma análise de viabilidade financeira da contratação solicitada e amparando-a como solução no quadro de demandas das unidades da rede municipal de Saúde, Município de Bauru.

Ainda, o projeto preliminar busca, através das normas vigentes e sob os princípios que regem a Administração Pública, sintetizar as demandas e elementos essenciais que compõe o Termo de Referência.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente estudo pertence ao Processo Administrativo 175.371/2024 que solicita a compra em caráter emergencial de insumos hospitalares que atenderão demandas específicas da Secretaria da Saúde.

2. DA NECESSIDADE

A necessidade para aquisição destes materiais se justifica pela característica dos serviços executados pela Secretaria de Saúde.

Considerando que a solicitação consiste em atender a necessidade eminente desta pasta, destacando-se a importância da assistência à saúde aos usuários da rede, tendo em vista que sua falta afeta o atendimento gerando prejuízos a saúde pública. Portanto é notório a importância da aquisição dos itens especificados.

Considerando as adversidades encontradas para aquisição dos insumos através e ata de registro de preço e a necessidade de manter o item disponível em todas as Unidades e em quantidade suficiente para os diversos setores e estoque para reposição.

Considerando o processo 47.895/2024 para registro de preço de vários itens de insumos hospitalares, cuja publicação no D.O. de 09/11/2024 cita os itens de 1 a 6 desse processo como FRACASSADOS;

Considerando que os itens seguiram para segunda abertura ainda sem data para publicação e tão pouco para finalização do processo;

Considerando que não há outras atas de registro de preço vigentes no município que contemple os itens em tela;

Considerando os itens 8, 9 e 10 dessa solicitação, registrados na ata de registro de preço nº 212/2024, cuja solicitação de realinhamento de preço foi indeferida em 18/12/2024, conforme parecer em anexo e segue sem posicionamento do fornecedor quando a entrega dos mesmos.

Um novo registro de preço desses itens segue através do processo 161.267/2024 e 93.781/2024 que ainda não foi finalizado.

Considerando que a ata de registro de preço vigente para o item 07, de número 186/2024, consta como zerado em virtude do aumento da demanda de realização de testes ao qual o produto se destina. O processo para registro de nova ata está em elaboração.



Devido a todos as intempéries na aquisição dos materiais supra citados, solicitamos a dispensa de licitação a fim de garantir que o atendimento nas unidades seja realizado de forma digna ofertando conforto e segurança à população.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Trata-se de aquisição VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO de ENTREGA ÚNICA por serem itens cujos não possuem ARP vigente devido fracassos de processos anteriores.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da natureza da aquisição:

Considerando que se tem uma demanda com resolução previamente estabelecida e por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, indica-se que seja executada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item – Ampla Participação, regida pelo Decreto Municipal nº 10.123, de 1º de dezembro de 2.005, Decreto Municipal nº 16.668, de 28 de março de 2.023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

4.2 Da proposta

A proposta da licitante deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal.

Os custos propostos pela licitante deverão abranger todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante, devendo esta assumir a responsabilidade pela entrega idêntica aos produtos ofertados.

Ainda, a proposta conterá a indicação do banco, número da conta e agência, para pagamento.

4.3 Da característica dos equipamentos

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

4.4 Da sustentabilidade

Em relação à sustentabilidade, o fornecimento dos equipamentos deste estudo deverá observar, os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021 e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que conforme Artigo 170 prevê o princípio de defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Saúde



Ainda, sempre que possível, proporcionar o acondicionamento dos equipamentos em materiais recicláveis ou retornáveis, observando também a economicidade de consumo energético e correspondente eficiência.

4.5 Da entrega/execução contratual

Exige-se, para este processo comum, que a execução contratual ocorra imediatamente após a emissão de empenho e autorização de fornecimento correspondente, por meio de remessa única, com o prazo de entrega definido no termo de referência.

A entrega deverá ser realizada nos endereços especificados abaixo, com quantitativo a ser informado no instrumento convocatório:

- a) Divisão de Materiais, Medicamentos e Insumos – Almoxarifado da Saúde, sito na Rua Cunha Bueno, final da quadra 05 – Pq. Colina Verde, Bauru/SP – CEP 17022-006, em dias úteis, no horário das 8 h às 12h e das 13h às 16 h.

A licitante deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

A licitante poderá fornecer diretamente o objeto, ou transferindo a responsabilidade pelo objeto licitado para outra empresa ou instituição de qualquer natureza, assumindo de forma integral a responsabilidade por todos e quaisquer danos e avarias que possam ocorrer no transporte e no descarregamento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIPTIVO	QTDE
1	CATETER INTRAVENOSO 14 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	1000
2	CATETER INTRAVENOSO 16 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	1000
3	CATETER INTRAVENOSO 18 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	50.000
4	CATETER INTRAVENOSO 20 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	150.000
5	CATETER INTRAVENOSO 22 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	150.000
6	CATETER INTRAVENOSO 24 G COM DISPOSITIVO - PEÇA	40.000
7	CATETER INTRAVENOSO 24 G NEO COM DISPOSITIVO - PEÇA	1.000
8	FITA TESTE TIPO BOWIE DICK	2500
9	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0 - PAR	20.000
10	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5 - PAR	40.000
11	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,0 - PAR	10.000
12	SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM MEDIASTINAL	210
13	SONDA DE NUTRIÇÃO ENTERAL INFANTIL CALIBRE 8FR	150
14	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO	30

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em busca feita em diversos sites eletrônicos, localizou-se diversos modelos e fabricantes que atendem a necessidade da Secretaria de Saúde.



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando que não há estoque suficiente para atender à necessidade e as dificuldades em formalizar ARP dos itens, a aquisição por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** atenderá a demanda da pasta, conforme disponibilidade orçamentária e necessidade das unidades.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Em busca feita em diversos sites eletrônicos, chegou-se ao valor estimado em R\$ 2.356.388,40.

ITEM	QTD.	ATAS VIGENTES OU ANTERIORES PELA PMB / SMS	PREÇO TOTAL ESPERADO
1	1000	R\$ 5,70	R\$ 5.700,00
2	1000	R\$ 5,70	R\$ 5.700,00
3	50.000	R\$ 5,70	R\$ 285.000,00
4	150.000	R\$ 5,70	R\$ 855.000,00
5	150.000	R\$ 5,70	R\$ 855.000,00
6	40.000	R\$ 5,70	R\$ 228.000,00
7	1.000	R\$ 5,70	R\$ 5.700,00
8	2500	R\$ 7,80	R\$ 19.500,00
9	20.000	R\$ 1,20	R\$ 24.000,00
10	40.000	R\$ 1,20	R\$ 48.000,00
11	10.000	R\$ 1,20	R\$ 12.000,00
12	210	R\$ 43,74	R\$ 9.185,40
13	150	R\$ 9,82	R\$ 1.473,00
14	30	R\$ 71,00	R\$ 2.130,00
TOTAL ESTIMADO			R\$ 2.356.388,40

Contudo, há necessidade de novo levantamento pela equipe de compradores a fim de se obter o cenário real do mercado, com atualização dos valores para inclusão de frete e outros tributos relacionados.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Para este processo, não se aplica o parcelamento, considerando que esta licitação reuni os itens necessários para atendimento de demanda, não sendo necessário aquisição complementar.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Considerando a aquisição por meio do quantitativo estimado, pretende-se:

- Minimizar problemas de atendimento ao público;
- Garantir o atendimento organizado e digno nas unidades de saúde;

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não será necessário que a Administração Pública efetue ações prévias.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não será necessário que a Administração Pública efetue ações correlatas.



13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Em relação à aquisição em si, o objeto de entrega e procedimentos relacionados, não haverá impacto ambiental que seja necessário intervenção pela Administração Pública.

14 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

RISCO 01

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta **Impacto** () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Descrição: Licitação Deserta – Processo licitatório sem empresas interessadas.

Ação Preventiva Responsável

1. Verificar no mercado fornecedor com a compatibilidade das exigências do edital de licitação;
2. Especificações dos materiais exigidos de acordo com as práticas do mercado;
3. Atentar para que os preços estimados estejam em conformidade com os praticados pelo mercado

Ação de Contingência Responsável do Setor de Compras e Licitação e Gestor

1. Avaliar a possibilidade de prorrogação excepcional do contrato em vigor ou abrir processo de emergência, caso se justifique.

RISCO 02

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta **Impacto:** () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Descrição: Licitação Fracassada – Todos os licitantes desclassificados ou com propostas superiores ao praticado no mercado.

Ação Preventiva Responsável

1. Verificar no mercado fornecedor a compatibilidade das exigências do edital de licitação;
2. Especificações dos equipamentos exigidos de acordo com as práticas do mercado;
3. Atentar para que os preços estimados estejam em conformidade com os praticados pelo mercado
4. Especificações dos equipamentos/materiais atualizada e de acordo com as práticas do mercado.

Ação de Contingência Responsável do Setor de Compras e Licitação

1. Avaliar a possibilidade de prorrogação excepcional do contrato em vigor ou abrir processo de emergência, caso se justifique.

RISCO 03

Probabilidade () Baixa (x) Média () Alta **Impacto** () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Descrição: Atraso no processo de seleção do fornecedor – Processo de seleção do fornecedor ultrapassa o prazo esperado e razoável para a contratação.

Ação Preventiva Responsável



1. Priorização do processo licitatório.
1. Coordenação de Compras e Serviços.

Ação de Contingência Responsável do Setor de Compras e Licitação e Gestor

1. Avaliar a possibilidade de prorrogação excepcional do contrato em vigor ou abrir processo de emergência, caso se justifique.

RISCO 04

Probabilidade () Baixa (x) Média () Alta **Impacto** () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Descrição: Impugnações, recursos e ações judiciais – Atraso no processo de contratação devido a impugnações, recurso ou ações judiciais.

Ação Preventiva Responsável

1. Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de licitantes com a qualidade mínima exigida para evitar frustração indevida da competição.
2. Analisar as recomendações dos recentes Acórdãos exarados pelo TCU de modo a prevenir possíveis falhas no processo licitatório.
3. Atentar para as legislações aplicáveis ao caso concreto.

Ação de Contingência Responsável do Setor de Compras e Licitação

1. Alocação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações eventualmente necessárias
2. Avaliar as recomendações do Parecer da Procuradoria Especializada.

RISCO 05

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta **Impacto** () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Descrição: Situação do Fornecedor – Risco da contratada não estar com a saúde financeira em dia.

Ação Preventiva Responsável

1. Exigir, na habilitação do licitante, qualificação econômico-financeira compatível com a envergadura do projeto.

Ação de Contingência Responsável do Setor de Compras e Licitação

1. No caso de rescisão contratual, convocação do licitante subsequente, desde que atendida à ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002 e aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 14.133/2021

15. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Decreto Municipal nº 16.668, de 28 de março de 2.023. Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de



engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional.

Disponível em:

<https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/decretos/dec16668.pdf>

Acesso: janeiro, 2024.

- Lei Federal n^o 14.133 de 1^o de abril de 2.021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm>

Acesso: janeiro, 2024.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, verifica-se que a aquisição dos itens que constam neste estudo, nas condições e quantidades descritas, são importantes para proporcionar uma adequada prestação de assistência da Secretaria Municipal de Saúde.

Visto isso, constatamos a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos.

17. APROVAÇÃO E ASSINATURA

Considerando a viabilidade apresentada, informa-se a **APROVAÇÃO** deste Estudo Técnico Preliminar.